



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL 0330994-2

COMARCA : 32ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
APELANTE : MARIZE DE OLIVEIRA BONFIM
APELADA : SOLANGE DORNELAS MESQUITA
RELATOR : DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA
ÓRGÃO JULGADOR: SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO INDENIZATÓRIA – PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO ACOLHIDA – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO – AUSÊNCIA DE REMUNERAÇÃO – RELAÇÃO DE CONSUMO NÃO CONFIGURADA – APLICAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL – PRESCRIÇÃO TRIENAL – DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da **APELAÇÃO CÍVEL nº 0330994-2**, em que figuram como parte Apelante **MARIZE DE OLIVEIRA BONFIM** e como parte Apelada **SOLANGE DORNELAS MESQUITA**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: “*À unanimidade de votos, reconheceu-se a prescrição, nos termos do voto do Relator*”. Revisão em mesa acompanhando integralmente o voto do Relator. Tudo de acordo com o relatório, o voto, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 06 de junho de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL 0330994-2

COMARCA : 32ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

APELANTE : MARIZE DE OLIVEIRA BONFIM

ADVOGADO : VITAL MARIA GONÇALVES RANGEL – PE002466

APELADA : SOLANGE DORNELAS MESQUITA

ADVOGADA : PAULA LÔBO NASLAVSKY – PE019068

RELATOR : DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

ÓRGÃO JULGADOR: SEXTA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta contra Sentença (fl. 262/265) proferida pelo MM. Juiz da 32ª Vara Cível da Capital, nos autos da Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais, que julgou improcedente o pedido autoral, com fulcro no artigo 269, IV do CPC, condenando a APELANTE ao pagamento das custas e honorários advocatícios fixados em R\$ 1.000,00 (um mil reais), que ficaram suspensos em virtude do deferimento da gratuidade processual.

A presente apelação tem por objetivo a reforma integral da decisão proferida pelo Juiz Singular, para acolher o pleito de dano moral.

A APELANTE, insatisfeita, aduz, no que diz respeito à preliminar arguida, que a contagem do prazo prescricional teve início a partir da data em que foi fornecido o laudo tanatoscópico e não da data de falecimento do seu filho.

Afirma que houve imperícia da APELADA ao provocar a quebra da agulha de uma seringa durante a realização de um procedimento de punção e que a piora no estado de saúde do seu filho ocorreu após o incidente apontado.

Contrarrazões às fls. 278/287, objetivando o não conhecimento do apelo ou, alternativamente, o seu não provimento e a consequente manutenção da sentença.

É o relatório.

À Douta revisão.

Recife, 02 de maio de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL 0330994-2

COMARCA : 32ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

APELANTE : MARIZE DE OLIVEIRA BONFIM

ADVOGADO : VITAL MARIA GONÇALVES RANGEL – PE002466

APELADA : SOLANGE DORNELAS MESQUITA

ADVOGADA : PAULA LÔBO NASLAVSKY – PE019068

RELATOR : DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

ÓRGÃO JULGADOR: SEXTA CÂMARA CÍVEL

VOTO RELATOR

PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO:

De início, destaco que a questão submetida à controvérsia diz respeito à ocorrência de prazo prescricional apto a prejudicar a pretensão da APELANTE.

In casu, a APELANTE almeja afastar a preliminar de prescrição para reaver da APELADA a indenização devida em razão de suposto erro médico que levou ao óbito de seu filho.

Nesse sentido, cumpre esclarecer inicialmente que a relação médico-paciente se caracteriza como uma relação de consumo, ocupada pela figura do paciente vulnerável no polo de consumidor e pelo médico no de fornecedor. No entanto, entendo que, para configurar dita relação, o serviço médico deve ser prestado de forma remunerada, o que não ocorre nestes autos, vez que houve o atendimento no Hospital da Restauração e, portanto, em estabelecimento do Estado.

Assim, não enquadrada tal relação médico-paciente como consumerista, esta deve ser regida pela legislação de caráter geral, qual seja, o Código Civil. Logo, mostra-se aplicável o prazo prescricional previsto em seu artigo 206, §3º, V que dispõe:

“Art. 206. Prescreve:

§ 3º Em três anos:

V - a pretensão de reparação civil;”

Ademais, seu art. 189 ainda define o momento inicial da contagem do prazo prescricional como o da violação do direito. Dessa forma, considerando que a APELANTE pleiteia indenização em razão da morte do seu filho, sendo este o evento que efetivamente causou os danos alegados, é evidente sua caracterização como fato gerador da pretensão, a partir do qual teve início a fluência do prazo prescricional.


Portanto, ocorrendo o óbito em 04.01.2005 e sendo a ação ajuizada em 01.02.2012, verifico que a pretensão da APELANTE foi atingida pela prescrição, nos termos do art. 206, §3º, V do CC.

GDPM/28

— Recife, 03/06/2014.

Revistos, peço pauta.

Recife, 19/05/2014


Des. Evandro Magalhães Melo
Revisor